

NARRATIVA E PAISAGEM: PATRIMÔNIO E MEMÓRIA NA PERSPECTIVA DO IMAGINÁRIO

BRUNO DE SOUZA CORRÊA¹; GERSON MACHADO ROSA²; CLÁUDIO BAPTISTA CARLE³

¹Universidade Federal de Pelotas – souza.brunocorrea@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – gerson.machadorosa@gmail.com

³Universidade Federal de Pelotas – cbcarle@yahoo.com.br

1. INTRODUÇÃO

O presente texto se baseia, principalmente, no trabalho final da disciplina – originalmente realizado de forma coletiva - de Imaginário e Memória, do qual o Prof. Dr. Cláudio Baptista Carle e a Prof.^a Dr.^a Lori Altmann foram responsáveis, pertencente ao Bacharelados de Antropologia e de Arqueologia, cursado durante o semestre de 2021/2. A disciplina, ofertada como optativa, tem como principal objetivo introduzir estudantes à perspectiva do Imaginário, especialmente aquela desenvolvida por membros do chamado Círculo de Eranos. São discutidas, também, suas implicações e aplicações nos estudos dos aspectos imagéticos e simbólicos da vida social, e em sua relação com a memória coletiva, em que se destacam as contribuições do antropólogo francês Gilbert Durand.

As discussões sobre patrimônio cultural e memória social atravessam os mais diversos campos das ciências humanas, desde a Psicologia Social até a Arqueologia. Dessa forma, tomamos essas duas categorias como fenômenos pertinentes para uma reflexão a partir dos estudos sobre o imaginário e os aspectos simbólicos, nas quais estão envoltas. Pretendemos discutir, com isso, como se dá a constituição narrativa do patrimônio cultural, e da paisagem da cidade, como construção imagética e simbólica, que a partir de uma memória social, engendrada na experiência temporal das pessoas na cidade, gera e é gerada por identidades coletivas.

2. METODOLOGIA

Nossa reflexão está apoiada na bibliografia proposta para a disciplina de Imaginário e Memória e nas discussões feitas em aula, em que se destaca o referencial teórico-metodológico da imaginação simbólica e memória social na relação entre seres humanos e seu ambiente, vivo e imaginado. Para tanto, também nos valem, parcialmente, da discussão sobre paisagem desenvolvida para o Trabalho de Conclusão de Curso de Gerson Machado Rosa, atualmente em andamento.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O patrimônio, em seu sentido moderno, principalmente o monumental e arquitetônico, surge, no contexto dos Estados coloniais, como um forte demarcador de dominação do espaço, estando pautado pela eleição, arbitrária, de narrativas exclusivas, de temporalidades de grupos sociais específicos, materializadas nas estátuas e prédios das cidades (ALFONSO; RIETH, 2016). A formação de um repertório patrimonial foi indispensável na criação de uma “tradição inventada” e de

uma “comunidade imaginada”, que, a partir das bases dos estados coloniais, se constituiria como comprovação material da soberania do estado nacional e de uma suposta antiguidade do território e seu povo. A autoridade científica outorgada à Arqueologia sobre o passado material das culturas fez dela uma das principais cúmplices do processo nacionalista das ex-colônias por todo mundo (HOBBSBAWN, 1985; ANDERSON, 2004).

Pela perspectiva do imaginário, podemos dizer, a partir da imaginação simbólica de Gilbert Durand, que esse patrimônio instaurado materializa um conteúdo mítico patente que deixa manifesta imagens principalmente da estrutura heroica do imaginário, situadas no topo de seu diagrama da tópica, isto é, no campo das re(a)apresentações de valores oficializados e institucionalizados. Esse mito – no caso do patrimônio se destaca o do progresso -, colocados “à luz do dia” (regime diurno) nessa tópica, são atualizados em uma lógica objetiva – narrativa e ritualmente –, suplantando os mitos patentes, que relegados a “sombra” (regime noturno), são potencializados, e, portanto, mais propensos ao “alógico do mito”, isto é, seu potencial poético – criativo (DURAND, 2004).

Esse potencial, expresso principalmente nas narrativas não-oficiais sobre o patrimônio instaurado, está pautado nas formas de experienciar o tempo no espaço, visto que a narrativa é sempre produto de uma dialética entre o mundo sensível e o mundo das significações, ou ainda, de um tempo vivido e um tempo pensado (ROCHA; ECKERT, 2013). Dessa forma, é principalmente no alógico do mito que reside a força que rearranja o fluxo da bacia semântica, colocando mitos latentes no topo da tópica sociocultural do imaginário (DURAND, 2004).

Dessa forma, alteram-se as narrativas que diferentes grupos podem ter sobre o patrimônio consolidado, ou ainda, pode haver, pela mesma lógica, a reivindicação de outras propostas patrimoniais ou referenciais de patrimônio, de acordo com seus “trajetos antropológicos” específicos – dos quais são formados e que formam outras constelações de imagens – no contexto das sociedades pluriétnicas pós-industriais e capitalistas (PITTA, 1995; ROCHA; ECKERT, 2011).

Por isso, torna-se importante entender esse patrimônio monumental no contexto das paisagens urbanas, pois é justamente nos “jogos de memória” que as narrativas de significação do meio florescem. Paisagem, logo, é um conceito importante, pois, do lado de fora das habitações, percebemos ações do cotidiano, o que, no contexto dia a dia, ao olhar rápido, nos passa desaparecido. Porém, se analisarmos, entenderemos o que vemos não são só coisas, mas muita informação que se significa e (re)apresenta a paisagem na forma de narrativas. Pois, “uma paisagem é um produto cultural, que se modifica, ou não, ao longo do tempo” (KORMIKIARI, 2005, p.17). E a cidade, nesse sentido, seria

[...] uma soma de temporalidades e sentidos. É mais do que um espaço físico, é um território, no qual o traçado nas ruas coexiste com as memórias e com as relações afetivas que as pessoas através dele constroem (SOUZA, 2014, p.35)

Estabelecida como a estetização da experiência temporal, na constante correlação entre o tempo vivido e o tempo pensado, a ação narrativa deixa transparecer a materialidade narrada em memórias afetivas, em que o patrimônio significativo pode adquirir novos significados (ROCHA; ECKERT, 2011, 2013). As pessoas estão se adaptando a todo o momento a novas condições de vida, e essa mudança se dá tanto no mundo social e material como também no simbólico e imagético, o que acaba impactando uma paisagem inteira. Fatores como a gentrificação e a destruição dos espaços de memória provocam a remoção das

peças e a transformação desses espaços pensados, e por consequência, as formas de narrar a vida coletiva no presente. Nesse sentido, Rocha & Eckert (2013), atentam também para a patrimonialização de lugares de memória como “tragédia da cultura”, entendendo o processo como expressão da máxima objetivação da cultura, em que o aparato estatal transforma mitos potencializados e latentes em institucionalizados e atualizados, retirando seu caráter poético (DURAND, 2004).

Pois, segundo Michael Pollack (1992), “a memória é seletiva. Nem tudo fica gravado. Nem tudo fica registrado” (p. 16), pois, essa imposição estatal na constituição de um patrimônio que estabeleça uma memória social de longa duração, revela que, também, “a memória é um fenômeno construído” (Ibid.). Este último aspecto, no entanto, pode, pela narrativa que *presentifica* a memória, isto é, coloca-a, sempre, na extensão do presente vivido – e do tempo pensado -, ser modificada e renegociada (RICOEUR, 1994). Pois, essas identidades, também narradas, dizem respeito a construção e perpetuação de si na paisagem (mesmidade/identidade-idem) em relação as experiências externas e com a alteridade (ipseidade/identidade-ipse), no sentido de combater a perecibilidade da vida (ROCHA; ECKERT, 2013).

Isto leva, logo, a constituição de uma identidade social, visto que “a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade” (POLLACK, 1992, p. 5), e que “a memória e a identidade são valores disputados em conflitos sociais e intergrupais, e particularmente em conflitos que opõem grupos políticos diversos” (Ibid.). No caso do patrimônio cultural instituído, a identidade que se busca formar é uma nacional, que expresse a integração e a unidade harmônica dos povos que habitam um território, sendo reforçada através de rituais e celebrações anuais. No entanto, as identidades (individuais e coletivas) que estão expressas nesses jogos de memórias, são tão variadas quanto as narrativas que pessoas da cidade – enquanto personagens narrativas – buscam para fixar sua experiência no tempo, consigo e com o meio. Isto é,

“A narrativa constrói a identidade do personagem, que podemos chamar sua identidade narrativa, construindo a da história relatada. É a identidade da história que faz a identidade do personagem”, mas onde a identidade narrativa mantém juntas as duas pontas da cadeia: “a permanência no tempo do caráter e a da manutenção de si” (RICOEUR, 1991 apud ROCHA; ECKERT, 2011).

4. CONCLUSÕES

Dessa forma, entendendo que o patrimônio cultural estabelecido atualmente determina uma memória única e total, gerando identidades fechadas e generalizantes, está assentado em um fundo imaginário. Em sua relação com as “variações paisageiras”, as narrativas sobre ele podem alternar o fluxo dessa bacia semântica e serem agenciadas para o reconhecimento e a criação de outras memórias e outras identidades que não se apresentem enquanto nacionais.

Existem narrativas orais muito ricas nesse contexto, mas que ainda, ao nosso ver, precisam ser melhor consideradas, a ponto de possibilitar a continuidade dessa oralidade para gerações futuras. A materialidade tem vida - e age nas vidas -, mas precisa ter suas significações e interpretações preservadas. O campo da arqueologia urbana, por exemplo, pode ajudar nesse processo, porque tem a expertise de interpretar o material, seja com um prédio seja com um artefato arqueológico, visto que não há uma materialidade encontrada que não seja parte

do contexto cultura material. Ainda dentro dessa discussão, é indispensável que se dê espaço a uma observação sobre paisagem.

Por fim, gostaríamos de endossar a importância da disciplina de Imaginário e Memória em nossa formação em Arqueologia/Antropologia Social, sobretudo no sentido de apresentar a fascinante e profícua perspectiva do imaginário, e evidenciar as relações imagéticas e simbólicas que o ser humano estabelece com seu meio e que moldam sua experiência na vida social.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDERSON, B. Censo, mapa, museu. In: **Comunidades imaginadas**. São Paulo: Companhia das Letras, p. 226-255, 2008.

DURAND, Gilbert. **O imaginário. Ensaio acerca das ciências e da filosofia da imagem**. [Trad. René Eve Lévié], 3ª Ed., Rio de Janeiro: Difel, 2004.

HOBSBAWM, E. Introdução: a invenção das tradições. In: HOBSBAWM, E; RANGER, T. (Ed.). **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 9-24, 1997.

KORMIKIARI, Cristina. Arqueologia da paisagem. S.P., **Labeca** - MAE /USP, JULHO 2014

PITTA, Danielle Perin Rocha. **Iniciação a teoria do imaginário de Gilbert Durand**. Recife. UFPE, 1995.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

RICOEUR, Paul. **Tempo e Narrativa** (Tomo I), Trad. Constança M. Cesar, Campinas: Papirus, 1994.

ROCHA, Ana Luiza Carvalho da; ECKERT, Cornélia. Etnografia da duração nas cidades em suas consolidações temporais. **Política & Trabalho** - Revista de Ciências Sociais, n. 34, p.107-126, 2011.

ROCHA, Ana Luiza Carvalho da; ECKERT, Cornélia. As variações “paisageiras” na cidade e os jogos da memória. In: ROCHA, Ana Luiza Carvalho da & ECKERT, Cornélia. **Antropologia da e na cidade, interpretações sobre as formas da vida urbana**. Porto Alegre: Mercado Livre, 2013 (pp.185-208).

SOUZA, Rafael de Abreu e. A cidade e a arqueologia Urbana. In VASCONCELLOS, Camilo de Mello (org). **Recursos pedagógicos no Museu de Arqueologia e Etnologia da USP**. 1 ed. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, p. 34 - 40, 2014.

HOBSBAWM, E. Introdução: a invenção das tradições. HOBSBAWM, E; RANGER, T. (Ed.). **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 9-24, 1997.